

O INVENTÁRIO CRÍTICO DAS AUSÊNCIAS: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E AS PERSPECTIVAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

THE CRITICAL LIST OF ABSENCES: THE HISTORIOGRAPHICAL PRODUCTION AND PERSPECTIVES FOR THE HISTORY OF EDUCATION IN PORTUGUESE AMERICA

Álvaro de Araujo ANTUNES*

Resumo: O artigo apresenta um panorama crítico da produção sobre História da educação na América portuguesa. Discute as razões da escassez de trabalhos dedicados à História da educação na América portuguesa e apresenta algumas possibilidades abertas ao referido tema pela História cultural, com especial destaque para a História dos livros. A intenção é promover uma espécie de “suspensão na descrença” de se produzir estudos sobre a História da educação na América portuguesa face suas especificidades e suas relações com a História cultural.

Palavras-chave: América Portuguesa; História da Educação; História Cultural; Historiografia.

Abstract: This paper presents a critical overview on the production of history of education in Portuguese America. It discusses the reasons for the scarcity of studies devoted to the history of education in Portuguese America and presents some possibilities on that issue opened through cultural history, with special emphasis on the history of books. The intention is to promote a kind of "suspension of disbelief" to produce studies on the history of education in Portuguese America facing their specificities and their relations with cultural history.

Keywords: Portuguese America; History of Education; Cultural History; Historiography.

Nos círculos especializados é recorrente a afirmação de que são poucos os estudos de História da educação que tratam da América portuguesa. (FALCON, 2006; FONSECA, 2006; FONSECA, 2009; FARIA FILHO; VIDAL, 2002). Por vezes, nesta afirmação há um juízo ligeiro constituído pela impressão alheia aos balanços historiográficos. Uma percepção que parece se confirmar pela análise circunstanciada da produção no âmbito da História da educação. Considerados os limites da área, é relativamente pequeno o número de comunicações académicas, artigos, dissertações e teses que tratam do período colonial. Talvez, os índices se mostrassem mais promissores se sopesada a proximidade entre a História da educação e a História cultural; aproximação, aliás, que não seria estranha a algumas das concepções de educação circulante no período colonial. O fato é que a produção acerca da História da

* Doutor em História – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto III – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – Rua do Seminário, Centro, CEP: 30450-000 – Mariana, MG, Brasil. Bolsista Produtividade do Programa Pesquisador Mineiro (FAPEMIG). E-mail: alvoantunes@gmail.com

educação na América portuguesa depende de levantamentos sistemáticos que considere o perfil do tema e que enfrente os desafios da área.

Se, realmente, existe uma ausência de estudos sobre História da educação na América portuguesa – e tal falta não é apenas sensível, mas mensurável – é importante interrogar sobre as causas desse fenômeno. Normalmente, são atribuídas como causas dessa lacuna o desinteresse por um passado remoto, a falta de documentos ou mesmo a informalidade da educação para o período colonial. Mas seriam essas razões suficientes? Não haveria nas causas expressas uma tácita justificativa, de todo infundada, para a deficiência de trabalhos de História da educação no Brasil colonial?

A louvável tentativa de identificar os motivos para uma aparentemente inexorável ausência de estudos sobre a instrução na América portuguesa tem uma série de implicações e desdobramentos. Possivelmente, a mais perversa das conseqüências seja a falsa crença, baseada em uma suposta inexistência de documentos, de que não havia educação nas brenhas incivilizadas do Brasil. Tal concepção perde facilmente a força se considerada a ampla acepção de educação que, no século XVIII, podia ser entendida como a criação de alguém ou o ensino/aperfeiçoamento de um entendimento. Uma acepção ampla o suficiente para tocar a plenitude do gênero humano e de sua história (BLUTEAU, 1728, v.1, p.486). Considerada sua abrangência e generalidade, nem todas as práticas educativas deixaram registro. Mas da falta de todos os registros detalhados supor a inexistência da educação seria inapropriado, uma vez que a análise documental acurada permite localizar claros rastros do ensino, formal ou informal, para a América portuguesa.

O presente artigo tem a intenção de produzir um inventário crítico das ausências de trabalhos sobre História da educação na América portuguesa. Em um primeiro momento, apresenta um balanço historiográfico pautado em estudos especializados e na produção de revistas acadêmicas sobre História da educação. Em seguida, discute as razões aventadas para a ausência de trabalhos dedicados à História da educação na América portuguesa, considerando suas implicações teóricas e metodológicas. Por fim, apresenta algumas possibilidades abertas pela História cultural, com especial destaque para a História dos livros. A intenção nesse momento é promover uma “suspensão na descrença” de se produzir estudos sobre a História da educação na América portuguesa face suas especificidades e relação como a História cultural.

Na História da educação, o espaço da falta de trabalhos dedicados ao período colonial adquire volume e dimensão quando se vislumbra o conjunto e a historicidade da produção especializada. De início, é importante considerar que a História e/ou Filosofia da educação surgiu como uma disciplina auxiliar para os cursos de pedagogia e formação de professores. A matéria visava tratar das ideias e projetos educacionais, em especial os oficiais, em uma dimensão temporal. Talvez por conta dessa particularidade e origem, desde 1928 e em boa parte do século passado, os manuais de História da educação destinados aos cursos de magistério reservassem poucas páginas para os mais de três séculos de história colonial (GALVÃO e LOPES, 2010, p.21).

Com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação e das faculdades de educação, no final dos anos 60 do século passado, a produção acadêmica sobre o ensino em uma perspectiva histórica tendeu a ganhar densidade. Ainda assim, quanto ao período colonial, um imenso vazio formado por ausências desenhava-se, pontuado, aqui e ali, por umas poucas dissertações e teses.

Mapeando esses arquipélagos, a tese de Luiz Carlos Barreira apresenta um panorama da produção entre os anos de 1971 e 1988 nas universidades do sudoeste do Brasil.¹ Das trinta teses e dissertações que arrola – algumas delas publicadas em formatos de livros – duas tratam de aspectos mais teóricos da disciplina de História da educação, vinte e duas teses e dissertações dizem respeito ao século XX, compondo expressivos 73,33%, uma enfoca o período de transição do século XIX para o XX, três tratam do século XIX e apenas duas se referem ao período colonial, o que representa 6,66% do conjunto.²

Outros balanços complementam o trabalho de Barreira e dão um panorama mais regional da produção da História da educação nos últimos tempos. Destacando a produção em Minas Gerais, Ana Maria Casasanta Peixoto analisa teses e dissertações defendidas entre 1980 e 2000 e aponta para uma predileção de estudos sobre a república velha, perfazendo o total de 43%, cabendo ao período colonial e imperial apenas 2% dos demais trabalhos produzidos. “O período colonial [...] está praticamente em aberto”, conclui a autora (PEIXOTO, 2002, p.21).

Os levantamentos promovidos por Luiz Carlos Barreira e por Ana Maria Casasanta Peixoto confirmam o quadro de ausência de pesquisas entre os cursos de Educação nas universidades do sudoeste e, vale destacar, justamente em um período de

expansão dos programas de pós-graduações, o que faz dessas ausências algo ainda mais notável.

Poder-se-ia interpelar sobre a produção dos últimos anos na esperança de que o quadro dos vazios tenha se alterado, mas faltam estudos precisos que considerem as teses e dissertações produzidas na última década e meia no âmbito das pós-graduações em Educação e, porque não, em História. Um levantamento, ainda inicial, sobre teses e dissertações de algumas universidades da mesma região estudada por Barreira sugere uma ampliação numérica de estudos sobre o recorte temporal em foco. Somente para as Faculdades de História e de Educação da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas, durante os últimos quatorze anos, são nove teses e dissertações que se dedicaram a estudar diretamente a instrução escolar ou o pensamento pedagógico na América portuguesa.³ Um número que pode refletir a ampliação da produção acadêmica para o período. Uma conclusão nesse sentido, entretanto, dependeria de um estudo mais aprofundado.

A sensação de ampliação de estudos sobre educação na América portuguesa pode ser contrastada com os números mais precisos retirados da análise dos artigos das revistas e os encontros acadêmicos de História da educação.⁴

No artigo “História da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas”, Thais Nívea de Lima e Fonseca analisou comunicações apresentadas nos encontros especializados, internacionais, nacionais e regionais promovidos no início dos anos 2000 (FONSECA, 2009). Nesses eventos o total de trabalhos sobre a História da educação para o chamado período colonial não ultrapassou 2%. A porcentagem encontrada por Fonseca é inferior aos 3,2% encontrados por Denice Catani e Luciano Faria Filho, com base na investigação de cento e cinquenta e sete trabalhos apresentados, entre 1985 e 2000, no GT de História da educação da ANPED (CATANI; FARIA FILHO, 2002, p.124). Entrementes, ambos os trabalhos indicam um número restrito de estudos sobre o período.

Consideradas as apresentações nos primeiros congressos Luso-brasileiros de Educação, esses índices têm sugerido alguma ampliação. O encontro de 2000, por exemplo, contou com 7% dos trabalhos apresentados referentes ao período colonial, mas essa talvez não seja uma tendência verificável em todos os eventos especializados em História da educação (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.116).

Para Minas Gerais, um rápido exame dos anais do 1º Congresso de História da educação, realizado em 2001, indica a predileção dos pesquisadores em investigar a educação do século passado, seguida do período imperial e, por último, do período

colonial. Na realidade, apenas um trabalho, de autoria de Alexandre Daves, se dedicou ao ensino no período setecentista. (DAVES, 2002) Decorridos dez anos, uma rápida análise dos anais do VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da educação também aponta para uma carência de trabalhos sobre a História da educação na América portuguesa. Dos cento e nove trabalhos elencados entre as comunicações, noventa e sete (88,99%) diziam respeito ao século XX; quatro (3,66%) tratavam do período de transição entre os séculos XIX e XX; treze (11,92%) versavam sobre o século XIX, três (2,75%) analisavam o período de transição entre o setecentos e oitocentos; e apenas dois (1,8%) tratavam exclusivamente do momento colonial (VIDAL; FARIA FILHO, 2002, p.9).

A predominância de trabalhos dedicados à República é igualmente notável entre os artigos das revistas especializadas, como a Revista Brasileira de História da Educação. De cento e sessenta artigos publicados, entre os anos de 2003 e 2012, trinta e cinco (21,87%) tratam de aspectos teóricos variados, envolvendo o espaço escolar, os arquivos para o estudo histórico da educação, entre outros; oitenta e um (50,62%) tratam do período republicano; dezoito (11,25%) da transição Império/República; outros vinte e três (14,37%) dizem respeito ao período imperial; e apenas três (1,87%) são dedicados ao período colonial.⁵ Nos Cadernos de História da Educação, foram avaliados duzentos e dez artigos, dos quais: quarenta e seis (21,90%) têm um caráter mais abrangente, apresentando discussões sobre teoria e historiografia; cento e vinte cinco (59,52%) versam sobre a República; vinte e seis (12,38%) tratam do período de passagem entre o Império e a República; quatorze (6,66%) são dedicados ao Império; dois (0,95%) investigam a transição entre este e Colônia; e outros dois (0,95%) se dedicam ao período colonial.⁶

Os exemplos poderiam se multiplicar e, invariavelmente, apontariam para a mesma tendência, para a mesma ausência. Porém não é apenas o número escasso de investigações que marca o estudo da História da educação na América portuguesa. As produções acadêmicas nos últimos 40 anos têm demonstrado a repetição sistemática de temáticas e perspectivas analíticas que se vincula à origem da disciplina e a uma tradição que remonta à *Cultura Brasileira*, escrita em 1943 por Fernando Azevedo, ou mesmo à *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)* de José Ricardo de Almeida, escrita em 1889 (GALVÃO; LOPES, 2010, p.28). Uma tradição que valoriza as “ideias pedagógicas”, as leis e regulamentações como fontes documentais, quando não as tomam como verdadeiros espelhos da realidade.

Dentro dessa perspectiva, os estudos sobre o período colonial possuem uma tendência em focar o papel da Igreja e do Estado na difusão da cultura letrada e na civilização da América portuguesa (FONSECA, 2009). Com frequência, tais trabalhos se debruçam sobre o papel dos jesuítas na educação e o impacto das reformas pombalinas na segunda metade do século XVIII. Efetivamente, dentre as teses dos últimos anos, a grande maioria trata de propostas pedagógicas apresentadas por autores do período moderno e/ou vinculadas ao pensamento jesuítico, associando-as, quase invariavelmente, às políticas do Estado e da Igreja. Quanto aos cinco artigos que abordam o período colonial e que foram publicados na Revista Brasileira de História da Educação e nos Cadernos de História da Educação, dois tratam de aspectos da educação jesuítica, um do ensino dos indígenas na Amazônia e outro do papel da educação na perspectiva de Diderot. A exceção fica para um artigo que discorre sobre as relações e especificidades da História da educação na América portuguesa e a História cultural. Há, neste artigo, uma indicação preciosa que talvez permita entender em perspectiva o fenômeno das ausências que vem sendo evidenciado e por isso ele será retomado mais adiante.

No momento importa destacar que, salvo exceções, as pesquisas sobre a prática do ensino na América portuguesa ficam, com frequência, restritas à análise de projetos pedagógicos ou didáticos, provenientes de pensadores modernos ou de políticas vinculadas ao Estado ou da Igreja. Em geral, o quadro que se cunha é o dos poucos estudos destinados à História da educação na América portuguesa e menor ainda o número daqueles que arriscam algo a mais do que tomar as diretrizes educacionais, pombalinas ou jesuíticas, como provas fidedignas da prática ordinária de instrução. Diante do que ficou esboçado, resta perguntar qual seria o motivo dessa exiguidade e limitação de estudos que versam sobre a História da educação na América portuguesa?

Alegadas razões para uma sentida ausência: aspectos teórico-metodológicos

Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Maria Teixeira Lopes apresentam três possibilidades de explicação para o que elas chamam de “vácuo de pesquisa para o período colonial”. A primeira é a aduzida carência de fontes sobre o cotidiano da educação na América portuguesa que se soma às dificuldades técnicas de “amadores e pesquisadores de primeira viagem” em decodificar os poucos documentos conservados. A segunda é a natureza do “próprio fenômeno educativo nesse período [que] é mais fluido e menos visível, na medida em que o Brasil colonial se caracterizou pela quase

ausência de iniciativas oficiais e formais em educação”. Por fim, atribui-se a ausência de estudos sobre o período, que, por ser “remoto”, talvez afaste “os historiadores da educação preocupados em fornecer subsídios para compreender o presente” (GALVÃO; LOPES, 2010, p.38).

Na base das hipotéticas razões apresentadas destacam-se questões práticas – mas também teóricas e metodológicas – que não podem ser ignoradas, pois, ao considerá-las, abrem-se perspectivas de análises capazes de objetar as causas da falta de trabalhos ou mesmo a própria ideia de escassez com a qual, de forma muito deletéria, se resume, quando não se condena, a História da educação na América portuguesa.

Logo de início, cabe questionar a ideia de que, no âmbito da educação, o período colonial pouco teria a oferecer para se “compreender o presente”. É bem possível que tal perspectiva influencie a produção da História da educação, o que é uma suposição difícil de comprovar, contudo. Se considerada como válida essa hipótese, tem-se um problema ainda maior. Em que pese a possível perspectiva de uma história encadeada – cujas causas, se não as essências, dos fenômenos são conhecidas em sua plenitude –, o argumento de que o passado, por ser remoto, tem pouco a contribuir para compreender o presente pode ser contestado.

Para Antonio Nóvoa, a História da educação, independente do período de que trata, serve para cultivar um “saudável ceticismo sobre as propaladas novidades didáticas”. E mais, o estudo da educação em uma perspectiva histórica permite compreender “as lógicas das identidades múltiplas, através da qual se definem memórias, tradições, crenças e solidariedades” (NÓVOA, 1999, p.11-15). Memórias inscritas no fluxo das durações do tempo e escritas pela ação dos historiadores e pela operação historiográfica. Nesse sentido, a história, independente do objeto que analisa ou do período a que se dedica, contribui para pensar o indivíduo como agente histórico, colaborando para crítica de “quem somos”, de “como somos” e do que fazemos do passado.

Pela perspectiva de Nóvoa, a história, que lida com registros fragmentários do passado, pode construir/revelar alteridades e identidades, as quais, por sua vez, permitem construir mudanças, continuidades e, acrescentem-se, os jogos das forças múltiplas que implicam as emergências, as proveniências dos fenômenos e dos conhecimentos. Tal identificação depende da ocasião e da forma pelas quais a história é produzida, o que envolve interesses atuantes que selecionam e valoram eventos registrados do passado (CERTEAU, 1982). Assim, depositar o passado da educação

colonial em um longínquo limbo do tempo já decorrido e intangível é abster-se do papel ativo de historiador.

Outra causa atribuída à falta de estudos sobre a educação na América portuguesa é a fluidez que, naqueles tempos, caracterizaria o ato educativo. Mais precisamente, por fluidez o que se entende é a falta de ações oficiais e formais para o período no Brasil colonial. Diante disso, causa espécie a História da educação ter se dedicado, durante tanto tempo, a perscrutar, justamente, o ensino dos jesuítas e o projeto pedagógico pombalino, os quais, seguramente, representariam uma proposta oficial ou, no mínimo, formal. Tais estudos evidenciam, portanto, a existência e a possibilidade da investigação do ensino formal e oficial. Um ensino limitado, seguramente, pelas estruturas e pela própria concepção de educação corrente no século XVIII português, mas nem por isso insignificante.

Sem menosprezar o papel do Estado e da Igreja, seria apropriado considerar outras formas de ensino, tomando por base a concepção de educação em vigor na época. Recorrendo a definição apresentada no dicionário do D. Raphael Bluteau, – que é representativa de uma acepção corrente na virada do seiscentos para o setecentos – a educação pode ser entendida como o ato de criar alguém ou como ensino/aperfeiçoamento de um entendimento. E ainda, como observa o referido autor, tal noção de educação se associa à de decoro, que é a “honra devida a alguém”, pelo nascimento e dignidade (BLUTEAU, 1728, v.3, p.29). Nestes termos, a educação, por definição, seria um fenômeno comum a todos, mas variável conforme a qualidade do educando.

Em decorrência do princípio do decoro é possível considerar distintas instruções em conformidade com as especificidades das condições sociais (FONSECA, 2009). De formas distintas, a educação estaria presente na instrução de um “escravo boçal”; nos ensinamentos do oficial mecânico ao aprendiz; na mãe a instruir a filha nas artes do bordado, corte, costura... Enfim, a educação, apesar de atrelada às condições sociais e, até certa medida, replicadora das mesmas era ampla o bastante para ser ignorada pelos historiadores. Na realidade, tais ambientes de educação têm sido explorados pela historiografia de forma extensa e, se considerada a variedade desses estudos, valeria se perguntar se, de fato, os estudos sobre História da educação são assim tão exíguos como viemos considerando. Retomaremos essa questão mais adiante, por considerá-la fundamental para o argumento aqui apresentado. Antes disso, importa tratar, com mais vagar, a terceira razão alegada para a falta de estudos sobre História da educação na América portuguesa.

Seguramente, a educação contou com a ação formal e oficial do Estado e da Igreja ao longo do período colonial. Uma ação limitada, contudo, pela estrutura educacional capaz de oferecer instrução e pelo próprio princípio de decoro que implicava a concepção de educação em vigor na época. O limitado raio de ação da educação patrocinada pelo Estado e pela Igreja teria legado um conjunto restrito de registros documentais, o que dificultaria as pesquisas de História da educação para a América portuguesa.

Entretanto, o universo documental disponível à investigação se dilatava quando, considerada a amplitude da noção de educação e os espaços formais e informais de ensino no período colonial, o próprio escrito, independente da espécie registro, fosse compreendido como um indício de instrução (MAGALHÃES, 2014). A Cultura escrita, bem como a instrução, se evidencia em cada linha, em cada palavra, em cada letra dos documentos redigidos para fins diversos. Assim, caberia a pergunta, seriam os documentos escassos ou seriam pouco desenvolvidos os métodos adequados de investigação? Apesar das dispersões das fontes, não seria possível resgatar das entrelinhas dos papéis esmaecidos os indícios de uma educação ampla na sua acepção e na sua extensão informal?

As fontes e as ausências injustificadas: apontamentos e possibilidades de instrução letrada na América portuguesa

É comum supor a ausência formal e oficial de instrução escolar e letrada no período colonial. Para o caso de Minas, o clássico trabalho de José Ferreira Carrato afirma ser mínima a educação escolar no início do século XVIII. À carência da educação somar-se-iam os tumultos e levantes que estremeceriam os primeiros anos do povoamento mineiro. A instrução dos mistérios da fé e das letras que já vicejaria em meio à desordem das primeiras décadas da ocupação, somente ganharia força com a criação do bispado e com a formação do clero local nos bancos do Seminário da Boa Morte, a partir de 1750. Antes dessa data, Minas era uma “terra inculta”, conforme adjetiva o autor, em uma clara percepção da educação como sinônimo de cultura e civilização (CARRATO, 1968). Cultura que mal se difundiria pela escrita e nas pouquíssimas instituições oficiais de ensino de Minas Gerais.

Acerca da educação na América portuguesa poderíamos citar diversos exemplos de juízos muito similares aos de Carrato. Em geral, são ponderações que partem de uma restrita perspectiva de educação letrada e escolar, diante da qual se

desenha um vasto sertão inculto (ANTUNES, 2010). Mas, mesmo se limitado o escopo das análises ao ambiente letrado, os caminhos para educação parecem terem sido bem mais plurais e extensos do que comumente se crê. Houve, efetivamente, uma difusão da Cultura escrita ou do letramento por meios informais, no âmbito familiar, pelas mãos de professores particulares, na homilia das missas etc.

Por meio das ordens religiosas regulares ou não, os membros da Igreja contribuíam para difusão de uma educação, na íntima relação entre culto e cultura. Nas missas rezadas em Latim ou nos bancos dos seminários, a Cultura letrada permearia estratos diversificados da sociedade. Com esse processo contribuiu, para além dos jesuítas, outras ordens religiosas, como a dos beneditinos, franciscanos e oratorianos dispersos pela outrora nomeada Terra de Santa Cruz.

É considerável o que já se avançou nos estudos sobre os agentes religiosos e sobre as instituições de ensino comandadas por religiosos, mas muito ainda resta por se fazer. São conhecidos os casos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boavista e do Seminário Episcopal de Nossa Senhora das Graças, ambos em Pernambuco (VERRI, 2011; SILVA, 1999). Para Minas Gerais – território que, vale lembrar, era defeso ao estabelecimento de ordens religiosas regulares – são notáveis os trabalhos sobre o recolhimento de Macaúbas e sobre o já mencionado Seminário da Boa Morte, em Mariana (ALGRANTI, 1999; SELINGARDI, 2007). Porém, são poucas as informações e as análises sobre o funcionamento de instituições como o do Recolhimento de São João da Chapada, em Minas Novas, subordinada ao bispado da Bahia, fundado em 1750 (LAGE, 2011).

Outra linha de investigações que tem revelado a ação oficial e formal do ensino é a que se dedica a estudar os professores régios. Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas, são instituídas, pela ação do governo ilustrado pombalino, as aulas régias. Em geral, a historiografia considera que reforma pombalina do ensino encontrou limites bem palpáveis. Investigando essa iniciativa educacional do governo português, Tereza Fachada Levy Cardoso informa que até 1765 não havia professor régio no Brasil (CARDOSO, 2004, p.183). Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, no ano de 1768, o governador da Capitania de São Paulo ressentia-se da falta de um professor de primeiras letras (SILVA, 1984, p.104). O panorama foi se alterando no correr do século e, em 1772, havia quarenta e quatro professores de Escolas Menores e Humanidades na América portuguesa, sendo onze para Pernambuco, dez para a Bahia e sete para o Rio de Janeiro e o mesmo número para Minas Gerais. Em Minas Gerais, esse contingente se

amplia e, em 1814, somente na Comarca de Vila Rica, contavam-se quinze cadeiras de professores régios, ainda que cinco delas estivessem vagas.

Quadro 1 – Relação das cadeiras dos professores régios de Gramática Latina e primeiras letras existentes e Vagas até o fim de 1814, Comarca de Ouro Preto.

Villa Rica	Primeiras Letras	Antônio Leonardo da Fonseca; provido sem limitação de tempo
Dita	Ditas	Joaquim José Benavides; na m. ^{ma} forma
Dita	Gramática Latina	Silvério Teixeira de Gouveia; na m. ^{ma} forma
Dita	Filosofia Racional	Manoel Joaquim Ribeiro; na m. ^{ma} forma
Marianna	Primeiras Letras	Vaga
Dita	Gramática Latina	Francisco Xavier de França; sem limitação
Dita	Rhetorica	Vaga
Sumidouro	Primeiras Letras	Vaga
Guará-piranga	Ditas	Vaga
Dita	Gramática Latina	Felipe Nero de Castro; sem limitação
Forquim	Primeiras Letras	Vaga
Barra-Longa	Ditas	Manoel Ferreira Velho; na m. ^{ma} forma
Inficionado	Ditas	José Teixeira Romão; na m. ^{ma} forma
Catas-Altas	Ditas	Francisco Xavier Augusto de França em maio de 1817
Cong. ^{as} do Campo	Ditas	José Antônio Freire; sem limitação

Fonte: DADOS sobre a Instrução pública -1814. *RAPM*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano 7, fascículos III e IV, jul./dez., 1902. p 995.

Existiam professores régios na América portuguesa, embora, talvez, fossem insuficientes diante a inópia expressa nas constantes reclamações das autoridades, falta ratificada, em certa medida, pelos números de cadeiras vagas. Tal quadro, contudo, tem se revelado mais complexo conforme avançam as pesquisas. Recorrendo a documentação variada – incluindo registros de pagamentos de ordenados, requerimentos e atestados enviados a Junta da Fazenda – Thais Nívea de Lima e Fonseca contabilizou para Minas Gerais, entre os anos de 1772 e 1814, oitenta e um professores régios cuidando, ao longo desse período de quinze cadeiras de Gramática Latina e trinta e três de primeiras letras (FONSECA, 2010, p.61). Ou seja, pelo menos para o caso de Minas Gerais, é possível dizer que havia um ensino oficial e formal, no último quartel do século XVIII e no início do XIX. Tratava-se de um ensino limitado, condicionado às estruturas educacionais e por uma acepção de educação assentada nos princípios do decoro, como já apresentado.

Na documentação conservada nos arquivos é possível distinguir não apenas um ensino oficial e formal orientado pelo Estado e pela Igreja, como também a existência e atuação de professores particulares, tema ainda pouco explorado pela historiografia. Aos poucos, por meio de uma série de fragmentos de informações levantadas em diversos tipos documentais, vem se desenhando um quadro mais rico e detalhado do ensino em Minas Gerais.⁷ A partir de um esforço analítico que compulsou uma série plural de documentos foi possível revelar a existência de mais de uma centena e meia de professores, entre régios e particulares, atuando somente no termo de Mariana, entre os anos de 1750-1834. Como se pode constatar, novos personagens têm surgido da análise paciente dos livros de provisões e patentes, dos processos crimes, listas nominativas, ações cíveis, enfim, de uma infinidade de documentos que têm permitido construir a história desses mediadores culturais.

Mesmo se restringindo ao âmbito da educação do ler, contar e escrever, o universo dos documentos passíveis de exploração é enorme. Um imenso acervo para a pesquisa de temas contíguos à História da educação que se apresenta em diversos trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em História e Educação.

Uma dimensão dessa produção, vinculada à História cultural, pode ser contemplada nos estudos sobre livros e das práticas de leitura no Brasil colonial, que também confirmam a existência de uma gama considerável de fontes. Preocupado com a difusão dos livros no Brasil colonial, Jorge de Souza Araújo investigou, nada mais, nada menos, que cinquenta mil de documentos conservados em arquivos de São Paulo, Bahia, Minas Gerais entre outras localidades. Só para Minas foram pesquisados pelo autor cerca de doze mil inventários.⁸ A investigação monumental de Araujo serve para dimensionar o corpus documental capaz de ser analisado pelo viés da educação e da História cultural na América portuguesa. Um esforço ao qual se somam outros tantos trabalhos investigativos que têm contribuído para o desenvolvido teórico e metodológico da História cultural.

Entre livros, leituras e letras: História da educação e História cultural nos campos da interdisciplinaridade

Instrumento precioso na difusão da cultura letrada, os livros e as práticas de leitura que poderiam ensejar são temas conhecidos de uma produção historiográfica que, no Brasil, reporta a trabalhos da primeira metade do século passado. O conjunto desses estudos tem suas bases lançadas por trabalhos como os de Alcântara Machado (1929),

Carlos Rizzini (1946), Eduardo Frieiro (1957).⁹ Já nos seus primórdios, os estudos sobre os livros no Brasil apresentava-se a riqueza documental aberta a esse tipo de pesquisa, bem como antecipavam questões metodológicas e teóricas que seriam desenvolvidas pelas gerações futuras, como Rubem Borba de Moraes e Maria Beatriz Nizza da Silva (MORAIS, 1979; SILVA, 1981). Somente esta autora escreveu mais de uma quinzena de artigos sobre livros, leituras e ambientes educacionais no mundo luso-brasileiro. A essa herança, somou-se outras dezenas de trabalhos de autores mais recentes e influenciados por uma sólida historiografia francesa e norte-americana sobre os livros e as práticas de leitura.

Dentre os diversos artigos sobre a História do livro, censura, e das práticas de leitura, Luiz Carlos Villalta ofereceu uma entrevista à Revista do LPH-UFOP em que apresenta um extenso balanço historiográfico sobre o tema (VILLALTA, 2010). No artigo Villalta elenca cerca de uma centena de artigos, livros e capítulos produzidos no Brasil, referentes, somente, ao período colonial. Para o autor, o âmbito de produção sobre o tema é necessariamente interdisciplinar, o que explica a profusão de investigações desenvolvidas por profissionais do curso de história, letras, educação etc.

Dedicada aos usos e difusão da cultura escrita, a tese de Christiani Cardoso de Moraes é um exemplo da dimensão interdisciplinar (MORAIS, 2009). Moraes analisou quase dois mil inventários e testamentos buscando estabelecer índices de letramento, isto é, de práticas sociais que usam a escrita como símbolo e tecnologia. Para tanto, a autora criou tipologias baseadas nas formas das assinaturas e estabeleceu variações entre os domínios das letras que excediam a noção de alfabetização. As análises da autora sugerem um espectro bem mais amplo dos espaços informais de ensino, tocando em aspectos importantes da cultura escrita que apenas começam a ser abordados por meio de metodologias apropriadas.

Os trabalhos de Jorge de Souza Araujo, Luiz Carlos Villalta, Christiani Cardoso de Moraes são apenas alguns exemplos dos que compulsaram, analisaram e evidenciaram conjuntos significativos de documentos sobre o tema da História cultural e da História da educação. Seus trabalhos indicam um território interdisciplinar capaz de relativizar a ideia de uma ausência de estudos no âmbito da História da educação, ao mesmo tempo em que colocam a necessidade de se pensar de forma crítica a peculiaridade desse tema de investigação.

Em um artigo, destacado anteriormente nas análises aqui apresentadas, Thais Nivia de Lima e Fonseca contesta a possibilidade da História da educação se constituir como um campo historiográfico próprio. Para a autora, a ausência de um quadro

teórico-metodológico delineado e autônomo, fez com que os historiadores da educação recorressem ao apoio da História cultural e da História política. A educação, nesse sentido, seria um tema de pesquisa no interior desses campos de pesquisa. Não haveria, portanto, um campo historiográfico específico para a História da educação, a não ser como disciplina escolar, de formação de professores e educadores.¹⁰ Para Thais Fonseca a “História da educação como campo temático de investigação, não tem fronteiras a definir com a História cultural” (FONSECA, 2008, p.59).

Com opinião muito similar a de Fonseca, Francisco Falcon considera que é necessário refletir mais sobre a “propalada autonomia da História da educação como campo historiográfico particular” (FALCON, 2006, p.330). Ambos os autores concordam que a História da educação seria parte integrante e/ou tema de uma História cultural, mas, assim sendo, não haveria de se repensar os critérios dos balanços historiográficos que apontam para uma ausência de estudos sobre História da educação na América portuguesa? A abrangência do campo, dos objetos analisados e da própria noção de educação não levaria a um panorama mais favorável, mais povoado do que faz crer os balanços historiográficos até o momento? Ou seria o baixo número de produções um reflexo mais amplo da produção historiográfica sobre a América portuguesa?

Para além de se repensar os critérios que vêm norteando os balanços historiográficos, seria importante considerar a produção historiográfica sobre o período colonial como um todo. Caio César Boschi, em um artigo escrito para a revista *Varia História*, pondera que “não é novidade que os estudos sobre o período colonial ocuparam, desde há, pelo menos, trinta anos, lugar secundário na preferência dos historiadores brasileiros” (BOSCHI, 2006, p.294). Apoiando-se nos estudos de Francisco Falcon, Boschi apresenta que até 1979 o período colonial era recorte de apenas 13% do total dos trabalhos publicados. Boschi ainda observa que na década de 1980, pelos levantamentos de Carlos Fico e Ronald Polito, o percentual de teses e dissertações sobre história colonial era de 14,1%, contra 26,6% de trabalhos sobre Império e 59,3% dos que tratam do período republicano. No que toca aos artigos de revistas especializadas, os números são mais promissores: 22,7% sobre o período colonial; 6,2% para a transição entre colônia e império; 24,9% para o Império; 3,6% sobre a transição deste para o período republicano; e 42,7% sobre este último momento.

Se considerado o fato de que o período colonial não vem se destacando no cenário historiográfico, a questão da escassez de estudos sobre a História da educação na América portuguesa ganha novas dimensões. Seguramente, os percentuais apresentados referentes à História da educação são inferiores aos da produção

historiográfica sobre o período colonial. Contudo, deve-se considerar que a História da educação, ou mesmo a História cultural, é apenas um segmento entre os diversos estudos sobre a América portuguesa. Importa, portanto, ver os números apresentados em perspectiva, sem ignorar os desafios apresentados aos historiadores da educação na América portuguesa.

Repensar os critérios utilizados nos balanços historiográficos com base em uma acepção mais ampla de educação que a aproxima da História cultural parece promissor para avaliar o lugar da produção historiográfica sobre a História da educação. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a baixa produção sobre o tema é reflexo de uma tendência mais ampla que marca a historiografia no geral. As causas desse fenômeno devem ser apresentadas e criticadas à luz de exemplos que apontam para as possibilidades em aberto à pesquisa sobre a educação na América portuguesa.

A produção aqui pontuada evidencia que, para além das leis, dos projetos pedagógicos, da ação dos jesuítas, existe um universo de documentos praticamente intocado que repousa em arquivos e bibliotecas do Brasil e do exterior. Investigar a instrução na América Portuguesa depende, sobretudo, de paciência, coragem e sensibilidade. Os documentos existem, mas é preciso recolher informações fragmentadas, dispersas em uma imensidão de maços de papéis que foram embaralhados por concepções administrativas bem distintas das atuais, mas, nem por isso, se tornaram inacessíveis. Tal esforço de pesquisa não deve se intimidar por afirmações ligeiras e infundadas. É preciso nutrir um “saudável ceticismo” e pensar de forma crítica as ausências. Trata-se de reconhecer o papel da própria história enquanto construção, bem como o do historiador que não pode permitir se acanhar diante dos reptos do tempo ou do ofício.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. A civilização das letras: cultura escolar no termo de Mariana (1750-1822). In: VINANCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; SILVEIRA, Marco Antonio; MOLLO, Helena (Orgs.). *Termo de Mariana III*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2010. p. 99-114.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Coimbra: Collegio das artes da Companhia de Jesus, 1728, v.1 p.486. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n.36, jul/dez, 2006.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. “As aulas régias no Brasil”. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARRATO, José Ferreira. *Igrejas Iluministas e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO Luciano Mendes. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT de História da educação da AMPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.19, Jan./Fev./Mar., 2002.

DE CERTAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DAVES, Alexandre Pereira. Subsídios para a história da instrução na capitania de Minas Gerais- a comarca do Rio das Velhas (1716-1755). In. LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et alli (org). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

FALCON, Francisco José Calazans. História da educação e História Cultural. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, maio-agosto, 2006.

FALCON, Francisco. História Cultural e História da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.11, n.32, 2006;

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação no Brasil: a constituição do campo e sua configuração atual. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, fev. 2002.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e Fonseca. *O ensino régio na capitania de Minas Gerais: 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.61.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História Cultural e História da educação na América portuguesa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n.12, jul/dez, 2006.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “História da educação e História Cultural”. In. FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cyntia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação na América portuguesa: balanço e perspectiva. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n.14, 2009.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES Eliane Marta Teixeira. *Território plural: a pesquisa em História da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades política e religiosa da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Belo Horizonte, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MAGALHAES, Justino. Como um texto: configuração da escrita do município colonial. *História e Debates*, Curitiba, v.60, n.1, 2014.

MORAIS, Christiani Cardoso de. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e termo de São João Del Rey, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MORAIS, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

- NÓVOA, Antonio. Apresentação. In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- PEIXOTO, Ana Maria Cassasanta. A educação mineira na história: notas para um inventário. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et alli (org). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- SELINGARDI, Sérgio. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do seminário de Mariana (1750-1850)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura luso-brasileira da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- VERRI, Gilda Maria Whitacker. O seminário de Olinda e a educação para a mocidade. In: VERRI, Gilda Maria Whitacker. *Memorat: memória e cultura escrita na formação brasileira*. Recife: Editora da UFPE, 2011.
- VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Entrevista concedida à Revista LPH. *Revista do LPH – Departamento de História-UFOP*, Mariana, Ano 20, n.20/01, 2010.

Notas

¹ As universidades investigadas foram: Unicamp, PUC-SP, USP, UFSCAR, UNIMEP, UFMG, UFRJ, UFF, PUC-RJ e IESAE. Luiz Carlos Barreira. *A História e a Historiografia: as escritas recentes da História da educação Brasileira (1971-1988)*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP.

² As duas dissertações que dizem respeito ao Brasil colonial, foram defendidas na Unicamp, nas décadas de 1970 e 1980, e tratam, cada qual, do papel da catequese dos índios e das mulheres no período colonial. José Maria de Paiva. *O papel da catequese dos índios no processo de colonização: 1549-1600*. Campinas, 1978. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP; Arilda Inês Ribeiro. *A educação das mulheres no Brasil colonial*. Campinas, 1987. Mestrado (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP.

³ Vale observar que os trabalhos estão distribuídos quase que pela metade entre as áreas de Educação e História. Ana Cristina César Sawaya. *A música no embate metodológico entre a educação jesuítica e a educação pombalina: os acordes finais*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, USP; Yara Kassab. *As estratégias lúdicas nas ações jesuíticas nas terras brasílicas (1549-1597) – Para a maior glória de Deus*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, USP; Daniel de Lara Oliveira. *Ciência moderna e newtonianismo no projeto pedagógico da Luiz Verney*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, USP; Nelson de Campos Ramos Junior. *Mediadores das luzes: concepções de progresso e ciência em Antonio Ribeiro Sanches (1699-1783)*. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, USP; Carlos Rubens de Souza Costa. *O pastorado cristão e o dispositivo pedagógico: elementos para uma arqueogenealogia da educação escolar*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, USP; Robson Pereira Calça. *Dois Escolas, duas expressões do iluminismo: Rousseau e Condorcet: o futuro que o passado ousou projetar*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, USP; Luciana Muniz Ribeiro Barbosa. *Igreja, Estado na Educação em Martinho Lutero: uma análise das origens do direito à educação*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, USP; Giselle Fernandes. *Composição de textos na escola brasileira em busca de uma história do Ratio Studiorum aos manuais de estilo do final do século XIX*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, USP; Margaréte May Burkenbrock. *Aulas Régias: currículo, carisma, poder – um teatro clássico?* Campinas, 2002, Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp.

⁴ O incremento numérico das produções pode revelar uma ampliação do número de teses e dissertações defendidas nas faculdades de educação nos últimos anos. Trabalhando com uma amostragem de teses e

dissertações defendidas na Faculdade de Educação da Unicamp entre os anos de 1995 a 1998, Paulo Gomes Lima apresenta o seguinte quadro: 13 teses e dissertações na área de Administração e Supervisão educacional; 10 teses e dissertações na área de Ciências Sociais Aplicadas à Educação; 5 referentes a Educação Matemática; 15 na área de Filosofia de História da educação; 21 teses e dissertações na área de metodologia de Ensino; e 27 sobre Psicologia da Educação. Paulo Gomes Lima. Tendência paradigmática na pesquisa educacional. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp.

⁵ No número apresentado foram excluídos os artigos que tratam da América espanhola. Os artigos referentes ao período colonial no Brasil são: Maria Laura Magalhães Gomes. Diderot e o sentido político da educação matemática. *Revista Brasileira de História da educação*. Maringá, v.4, n.1, jan./Jun., 2004. Mauro César Coelho. Educação dos índios na Amazônia do século XVIII. *Revista Brasileira de História da educação*. Maringá, v.8, n.3, set./dez., 2008. Thais Nivia de Lima e Fonseca. História Cultural e História da educação na América portuguesa. *Revista Brasileira de História da educação*. Maringá, v.6, n.2, jul./dez., 2007.

⁶ São eles: Ronaldo Valdes Puentes. A instrumentalidade cultural da didática jesuítica: uma análise do Ratio Studiorum. *Cadernos de História da educação*. Uberlândia, v.9, n.2, 2010. Luiz Gustavo Lima Freire. Fontes Históricas Jesuíticas: Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino catalogados pelo projeto resgate. *Cadernos de História da educação*. Uberlândia, v.10, n.1, 2011.

⁷ Tratam-se dos resultados do projeto que desenvolvo com o financiado pela FAPEMIG, intitulado: “O saber das letras: condições, agentes e práticas nos estudos menores (1750-1834).” Contribuem com o projeto os bolsistas pela FAPEMIG: Pedro Eduardo de Andrade Carvalho e Juliana dos Santos Soares. Agradeço a FAPEMIG e aos bolsistas pelo desenvolvimento do projeto.

⁸ Trabalhamos com a tese desse autor, a qual já foi publicada, mas que viemos a conhecer recentemente. Dessa forma, todas as referências e considerações sobre a obra desse autor dizem respeito à sua Tese. Para constar fazemos referência a obra publicada. Jorge de Souza Araujo. *O perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA; Ilhéus, BA: UESC, 1999.

⁹ Indicamos as edições que possuímos. Carlos Rizzini. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: com um breve estudo geral sobre a informação: 1500-1822*. São Paulo: Imesp, 1988; Eduardo Frieiro. *O Diabo na livraria do Cônego; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros*. 2 ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 198; Alcântara Machado. *Vida e Morte de um bandeirante*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

¹⁰ Aliás, para Pere Solà, a História da educação não se libertou, ainda, da sua origem filosófica e, poder-se-ia acrescentar, de sua condição de subsidiária à formação pedagógica. Outrossim, para os efeitos da análise aqui apresentada, considerou-se que o fato educativo faz parte ativa e integrante da transmissão da cultura, a despeito de qualquer vontade ou diretriz fixada pelos espaços privilegiados e normalmente reconhecidos de gerenciamento político. Pere Solà. El estudio diacrónico de los fenomenos educativos y las tendencias historiográficas actuales. In. Congresso Internacional: História a debate, 1993, Santiago de Compostela, *Acta...*, Santiago de Compostela: Carlos Barros Editor, 1993. Apud. Francisco José Calazans Falcon. História da educação e História Cultural. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, maio-agosto, 2006, p.330.

Artigo recebido em: 30/10/2014. Aprovado em: 01/12/2014.